



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

1º Simulado

TJ MG

Oficial Judiciário

Oficial de Justiça - Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TJ MG – Oficial Judiciário – Oficial de justiça – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ MG;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-MG-Oficial-27-08>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

Como fazer gestão de pessoas no setor público?

1 A gestão de pessoas é uma ação estratégica das mais importantes para que uma empresa privada consiga atingir as respectivas metas, estar diante dos concorrentes e promover um ambiente propício à inovação. Também no setor público, em que os fatores mais importantes são a qualidade do atendimento a ser realizado pelos servidores, os líderes necessitam ter em mente as premissas de uma gestão de pessoas sérias, assertivas, produtivas e capazes de gerar crescimento profissional para os funcionários.

10 Entre as dificuldades específicas do setor público, está uma legislação vista por muitos especialistas como obsoleta e que acaba dificultando mudanças necessárias, principalmente em questões como a definição de estruturas organizacionais e cargos. Se, no setor privado, a implementação de mudanças dessa natureza já necessitaria de negociação, no setor público ela tende a ocorrer de maneira ainda mais lenta. O gestor precisa estar consciente disso para, dentro do possível, realizar dinâmicas capazes de tornar mais profissional e funcional a relação dos servidores com o próprio trabalho, promovendo melhorias.

Os desafios não param por aí. Vale lembrar que, na maioria dos casos, os servidores públicos são admitidos por meio de concursos. Embora existam critérios relacionados à formação e, muitas vezes, também a experiências anteriores, os concursos possuem formatos de admissão bastante distintos dos adotados pelo RH das empresas. Com isso, em algumas situações, o novo servidor precisa passar por uma série de adaptações para compreender, com exatidão, sua função e o papel que exercerá. Ao gestor fica a necessidade de compreender as características do servidor e como ele pode ser realmente utilizado em seu máximo potencial dentro da estrutura na qual está inserido.

Todos esses exemplos deixam claro que, além da complexidade inerente a ela, a gestão de pessoas ganha nuances especiais quando levada para o setor público. É necessário ter um profundo conhecimento tanto do sistema como um todo quanto do serviço que aquele setor em específico tem de prestar, optando sempre pela transparência e, ainda, inspirando e motivando os funcionários para que não atuem de maneira apenas burocrática.

01. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que:

- a) a gestão de pessoas deve ter o mesmo tratamento nos universos público e privado.
- b) Os novos servidores já entram no serviço público com a preparação adequada para a gestão de pessoal.
- c) O gestor é o responsável pela percepção de como o novo servidor pode se adaptar às novas funções no que tange ao trabalho de gestão de pessoas.
- d) No setor público, dada a importância social, os processos de negociação de gestão de pessoas ocorrem de forma mais rápida.
- e) A gestão de pessoas nasceu na iniciativa privada.

02. Na expressão ‘A gestão de pessoas é uma ação estratégica...’, a expressão sublinhada exerce a função de:

- a) adjunto adnominal
- b) objeto indireto
- c) aposto
- d) complemento nominal
- e) agente da passiva

03. No primeiro período do texto, a expressão ‘para que’ expressa:

- a) causa
- b) consequência
- c) finalidade
- d) conclusão
- e) condição

04. Na expressão ‘um ambiente propício à inovação...’, ocorreu crase devido a uma exigência de preposição por meio do processo sintático de regência e da presença de um artigo, anteposto ao substantivo.

Assinale a opção em que o acento grave ocorreu em um contexto sintático diferente.

- a) Umberto Eco vê na atitude de Stephen Hawking como um exemplo para os jovens, devido à sua disposição de reformular os erros encontrados em sua teoria.
- b) A crítica intrínseca à grande parte dos comentários cômicos é capaz de suscitar situações embaraçosas.
- c) Atribui-se o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias à pesquisa em laboratório.
- d) Nós nos dedicávamos à criação de uma infinidade de animais.
- e) Eles mesmos viviam à espera de novas oportunidades.

05. No primeiro período do segundo parágrafo, o sujeito do verbo ‘está’ é:

- a) dificuldades
- b) especialistas
- c) setor público
- d) legislação
- e) obsoleta

06. O texto é predominantemente:

- a) expositivo
- b) argumentativo
- c) injuntivo
- d) narrativo
- e) descritivo

07. Observe o período: ‘para compreender, com exatidão, sua função e o papel que exercerá’.

Assinale a opção em que o termo destacado exerça a mesma função sintática que a do termo acima destacado.

- a) A vida de Pedro Lulu era relativamente boa.
- b) Ele tocava nas festas, ganhava roupas usadas dos amigos e juras de amor de moças solteironas de Cantanzal.
- c) Aos poucos Pedro Lulu foi perdendo amizades valiosas.
- d) Naquele dia foi até a igreja e prostou-se diante do confessorário.
- e) O Padre, cujo único defeito era interessar-se pela vida alheia...

08. ‘Todos esses exemplos deixam claro que...’

O termo destacado é um pronome que pode ser morfologicamente classificado como:

- a) relativo.
- b) indefinido.
- c) demonstrativo.
- d) possessivo.
- e) interrogativo.

09. As últimas orações do texto, em sua estrutura, um traço comum que nos permite classificá-las como predominantemente como:

- a) reduzidas.
- b) substantivas.
- c) adjetivas.
- d) assindéticas.
- e) justapostas.

10. Observe a oração a seguir:

‘Embora existam critérios relacionados à formação...’ (3º parágrafo).

O termo destacado pode corretamente, e como manutenção de sentido, ser substituído por:

- a) visto que
- b) a não ser que
- c) conquanto
- d) desde que
- e) logo que

11. Observe a oração a seguir:

‘Embora existam critérios relacionados à formação...’ (3º parágrafo).

O verbo destacado pode corretamente ser substituído por:

- a) hajam
- b) havia
- c) exista
- d) ocorra
- e) haja

12. ‘... para que não atuem de maneira burocrática’.

A expressão destacada exerce a função sintática de:

- a) objeto indireto
- b) complemento nominal
- c) adjunto adnominal
- d) adjunto adverbial
- e) predicativo do sujeito.

13. Assinale a opção em que o emprego da vírgula é facultativo:

- a) Vale lembrar que, na maioria dos casos, os servidores públicos são admitidos por meio de concursos.
- b) Todos esses exemplos deixam claro que, além da complexidade inerente a ela, a gestão de pessoas ganha nuances especiais quando levada para o setor público.
- c) Se, no setor privado, a implementação de mudanças dessa natureza já necessitaria de negociação, no setor público ela tende a ocorrer de maneira ainda mais lenta.
- d) o novo servidor precisa passar por uma série de adaptações para compreender, com exatidão, sua função e o papel que exercerá.
- e) O gestor precisa estar consciente disso para, dentro do possível, realizar dinâmicas capazes de tornar mais profissional e funcional a relação dos servidores com o próprio trabalho.

14. Observe o período:

... os concursos possuem formatos de admissão bastante distintos dos adotados pelo RH das empresas.

O termo destacado é:

- a) objeto indireto
- b) agente da passiva
- c) complemento nominal
- d) sujeito agente
- e) predicativo do sujeito

15. É necessário ter um profundo conhecimento tanto do sistema como um todo quanto do serviço que aquele setor em específico tem de prestar.

A oração destacada exerce a mesma função que o elemento destacado em:

- a) A promoção por antiguidade dar-se-á pela progressão à referência imediatamente superior, observado o interstício de 10 anos de efetivo exercício.
- b) O servidor que se encontre cumprindo o estágio probatório poderá ser promovido.
- c) No âmbito de cada Poder ou órgão, o setor competente de pessoal processará as promoções que serão efetivadas por atos específicos no prazo de 60 dias, contados da data de abertura da vaga.
- d) À administração é garantido constar o critério adotado para promoção do ato que a determinar.
- e) O servidor, em exercício de mandato eletivo, terá direito à promoção por antiguidade e por merecimento, obedecidas as exigências legais e regulamentar.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. Das letras abaixo, marque aquela que representa características típicas da tecnologia SSD:

- a) apresenta baixa taxa de transferência de dados quando comparada com as tecnologias mais atuais para armazenamento de dados
- b) por apresentar partes móveis, possui menor resistência a choques mecânicos
- c) possui acesso sequencial
- d) realiza leitura e gravação dos dados utilizando tecnologia laser
- e) apresenta altas taxas de transmissão de dados e a capacidade de armazenar uma grande quantidade de dados em um espaço físico menor.

17. Um aparelho multifuncional que apresenta as funções de impressora, scanner e copiadora tem respectivamente funções de:

- a) entrada, saída e entrada e saída.
- b) saída e entrada.
- c) saída, entrada e entrada e saída.
- d) entrada, entrada e entrada.
- e) saída, entrada e saída e saída.

18. O Windows oferece o recurso da Lixeira. Não é uma característica válida:

- a) Os arquivos apagados do HD vão para a Lixeira
- b) A lixeira não tem temporalidade
- c) A lixeira tem um tamanho ilimitado
- d) Se o arquivo apagado for maior do que o tamanho da Lixeira, será excluído permanentemente.
- e) Arquivos apagados do CD são excluídos permanentemente.

19. Das letras abaixo, marque a que apresenta modos de exibição de arquivos válidos no Windows Explorer:

- a) Detalhes e Contexto
- b) Ícones Pequenos e Ícones Muito Grandes
- c) Blocos e Cadeia
- d) Detalhes, ícones Extra Grandes.
- e) Conteúdo e Listagem.

20. No Word, ao clicar três vezes com o mouse sobre uma palavra, que ação será realizada:

- a) será selecionada a palavra em questão.
- b) o curso será posicionado na palavra
- c) o parágrafo inteiro será selecionado.
- d) todo o texto será selecionado
- e) nada acontecerá.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E CÓDIGO DE CONDUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 4.715/PR/2020

Géssica Ehle

21. Sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar que

- a) Carreira é um agrupamento de cargos da mesma profissão e de igual padrão de vencimento
- b) Os cargos públicos serão providos por nomeação, promoção, transferência, reintegração, reversão, aproveitamento
- c) Quando houver interesse da administração pública, poderá haver nomeação após o prazo de expiração do concurso público
- d) Sobre os requisitos do estágio probatório, não se encontra expressamente prevista a eficiência
- e) A posse deverá verificar-se no prazo de quinze dias, contados da data da publicação do decreto no Órgão Oficial

22. Sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é incorreto afirmar que

- a) A transferência e a remoção por permuta serão processadas a pedido escrito de ambos os interessados
- b) Haverá substituição no impedimento do ocupante de cargo isolado, de provimento efetivo ou em comissão, e de função gratificada
- c) A reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido reingressa no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento
- d) No aproveitamento do funcionário estável, a administração poderá buscar cargo de natureza e vencimento ou remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, ou aproveitará do funcionário em cargos de mesmo padrão de vencimento
- e) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, após verificação, em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria

23. A partir do que refere o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais sobre as licenças do funcionário público

- I. Quando licenciado para tratamento de saúde, acidente no serviço de suas atribuições, ou doença profissional, o funcionário receberá integralmente o vencimento ou a remuneração e demais vantagens.
- II. Na Licença para Tratar de Interesses Particulares, uma vez protocolado o pedido perante autoridade competente, o funcionário poderá deixar o exercício do cargo público
- III. O funcionário adquirirá estabilidade depois de três anos de efetivo exercício, em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

Está (aõ) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) I e II
- e) I e III

24. Nos termos do Código de Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais instituído pela Portaria nº 4.715/2020, é incorreto afirmar que

- a) a missão do TJMG será baseada em a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social
- b) o TJMG tem como visão a intensão de ser reconhecido pela coletividade pela excelência de sua atuação
- c) dentre os valores do TJMG, encontram-se a acessibilidade, valorização das pessoas, a modernização, a descentralização, a parcialidade e isenção e a ética
- d) Espera-se do agente público do TJMG que possa justificar suas ausências e atrasos ao superior imediato, comunicando essas ocorrências com antecedência, sempre que possível
- e) Os agentes públicos do TJMG devem observar como diretriz a não realização de qualquer tipo de propaganda político-partidária nas dependências do Tribunal

25. Nos termos do Código de Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais instituído pela Portaria nº 4.715/2020, é correto afirmar que

- a) Espera-se do agente público do TJMG que cumpra todas ordens de seus superiores sem qualquer juízo de valor sobre elas
- b) É dever do agente público do TJMG abster-se de aceitar ou receber gratificação, comissão, presente, hospitalidade, vantagem de qualquer espécie, brindes e presentes, como por exemplo agendas e canetas que sejam distribuídos em razão de datas comemorativas
- c) Para que não configure conflito de interesses, ao agente público do TJMG cabe não divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas
- d) Ao agente público do TJMG cabe observar quais informações divulga à imprensa sobre os colegas de trabalho, podendo manifestar-se de modo negativo e pejorativo em suas redes sociais, preservado o direito à liberdade de expressão
- e) O agente público do TJMG deverá comunicar à autoridade competente quando perceber indícios de corrupção, exceto quando o ato tenha sido praticado por seu superior imediato

REGIMENTO INTERNO DO TJMG

Emerson Bruno

26. Na apelação criminal, os autos serão distribuídos ao relator sorteado ou prevento e, imediatamente, remetidos pelo cartório à Procuradoria-Geral de Justiça para emitir parecer, no prazo de _____, se em liberdade o acusado, e em _____, se preso.

- a) oito dias; três dias.
- b) dez dias; cinco dias.
- c) cinco dias; três dias.
- d) cinco dias; dez dias.
- e) três dias; cinco dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

27. Em relação aos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal e de acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- b) Apesar da Constituição Federal trazer em seu texto a religião católica como religião oficial do Estado brasileiro, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, inclusive os de matriz africana.
- c) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo em qualquer caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) É inconstitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

28. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto à Organização político-administrativa, analise os itens abaixo:

I. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

29. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, EXCETO:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- b) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

LEI Nº 14.133/21

Antônio Daud

30. Assinale a alternativa que menciona hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) contratação de artista consagrado.
- e) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$108.040,82.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Géssica Ehle

31. Sobre o instituto da decadência em direito civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não corre decadência contra os absolutamente incapazes
- b) No caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade contar-se-á o prazo de decadência de quatro anos para pleitear-se a anulação do negócio jurídico
- c) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando convencional
- d) Assim como quanto à prescrição, os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente
- e) Quando determinada norma trazer hipótese de impedimento à prescrição, não será aplicável à decadência, salvo disposição em contrário

32. A legislação brasileira apresenta diversas hipótese em que o negócio jurídico será invalidado. Com base nos seus conhecimentos, bem como nos dispositivos legais, assinale a alternativa correta

- a) Será anulável o negócio jurídico que não for revestido da forma prescrita em lei
- b) O negócio jurídico nulo é insuscetível de confirmação, mas convalida pelo decurso do tempo
- c) O prazo de decadência, para se pleitear a anulação do negócio jurídico, será de 2 (dois) anos no caso de coação, do dia em que ela cessar
- d) Haverá simulação do negócio jurídico quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados, situação em que será considerado anulável
- e) Não se pode afirmar que a invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico, pois esse permanecerá válido quando puder ser provado por outro meio

33. Nos termos do Código Civil, no que diz respeito ao direito de empresa, é possível afirmar que

- a) haverá equiparação ao nome empresarial no que tange aos efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples e das associações, apenas
- b) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura, desde que com o nome de todos os sócios
- c) Na sociedade limitada, a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios
- d) A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "limitada" ou a sua abreviatura
- e) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, obrigatória a designação do objeto social

DIREITO PROCESSO CIVIL

Thálius Moraes

34. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

35. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.

36. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

37. Levando em consideração as disposições do CPC, julgue os seguintes itens que tratam da sistemática recursal

I – Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

II – O recurso pode ser interposto por qualquer das partes

III – A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

Está correto apenas o apontado em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

38. Bárbara recebeu, inadvertidamente, uma nota falsa de R\$ 20,00 (vinte reais) e não se recorda mais de quem a obteve. A nota em questão foi recusada em diversas oportunidades em estabelecimentos comerciais que dispunham de equipamento apropriado à verificação da autenticidade de papel-moeda. Mesmo assim, e sentindo-se injustiçada por ter recebido a nota falsa de boa-fé, como se verdadeira fosse, continuou a repassá-la em outros estabelecimentos. Diante da situação narrada, assinale a opção correta:

- a) Bárbara não cometeu crime algum, pois recebeu as notas em questão de boa-fé, o que torna o fato atípico.
- b) Bárbara cometeu crime de moeda falsa na forma privilegiada, pois repassou as notas sabendo serem falsas.
- c) Bárbara cometeu o crime de falsificação de moeda falsa, aplicando-se causa de atenuante de pena em razão de ter apenas repassado as notas e não ter realizado a falsificação.
- d) Bárbara cometeu o crime de moeda falsa na modalidade culposa, e em razão disso terá a pena diminuída de 1 a 2/3.
- e) Bárbara cometeu o crime de falsidade ideológica privilegiada, e por tal razão terá extinta sua punibilidade.

39. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de

- a) favorecimento pessoal.
- b) favorecimento real.
- c) autoacusação falsa.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falsa comunicação de crime ou contravenção.

40. Ferdinando foi preso em flagrante e indiciado pela prática do crime de lesão corporal no âmbito de violência doméstica (art. 129, §9º, CP, pena – detenção, de três meses a três anos) contra sua esposa. O auto de prisão em flagrante foi encaminhado para os órgãos competentes, sendo determinada a realização, de imediato, da audiência de custódia. Foi acostada a Folha de Antecedentes Criminais, onde constava que Ferdinando havia sido condenado definitivamente pelo delito de incêndio culposo (art. 250, §2º CP), a um ano de detenção. A vítima solicitou anteriormente a decretação de medidas protetivas de urgência, que não foi atendida pelo Magistrado. Considerando as informações narradas, caso o juiz decida por decretar a prisão preventiva de Ferdinando, esta prisão será:

- a) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos devendo a prisão ser revogada.
- b) legal, diante da condenação em definitiva por crime culposo.
- c) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Ferdinando não foi condenado por outro crime doloso, devendo a prisão ser relaxada.
- d) legal, cabendo decretação da prisão preventiva, tendo em vista que o crime envolve violência doméstica e familiar contra mulher, mesmo diante da pena em abstrato inferior a 4 (quatro) anos e Ferdinando não ter sido condenado por outro crime doloso, pode ser decretada para garantir a execução das medidas protetivas.
- e) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 anos e não possui condenação definitiva por outro crime doloso, sendo indiferente se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.

41. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Emerson Bruno

42. De acordo com a Lei 8.935/1994, aos tabeliães de notas compete com exclusividade, EXCETO.

- a) lavrar atas notariais.
- b) autenticar cópias.
- c) lavrar escrituras e procurações públicas.
- d) lavrar testamentos públicos e retificar os cerrados.
- e) autenticar cópias.

43. Conforme a Lei 8.935/1994, são deveres dos notários e dos oficiais de registro, EXCETO:

- a) exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
- b) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;
- c) dar recibo dos emolumentos percebidos;
- d) afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor.
- e) atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza.

44. Conforme a Lei 8.935/1994, NÃO é competência privativa dos tabeliães de protesto de título.

- a) intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto;
- b) expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.
- c) protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação;
- d) receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação;
- e) reconhecer firmas em documentos destinados a fins de direito marítimo.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, FUNDAMENTOS DA CGJ E NOÇÕES BÁSICAS DE CUSTAS JUDICIAIS E TAXAS JUDICIÁRIAS

Emerson Bruno

45. De acordo com a Lei 14.939/2003, custas são despesas com atos judiciais praticados em razão de ofício, especificados e NÃO se referem:

- a) ao registro de feitos;
- b) à expedição de feitos;
- c) ao preparo de feitos;
- d) ao arquivamento de feitos;
- e) à distribuição de feitos.

46. De acordo com a Lei 14.939/2003, NÃO se incluem na conta de custas finais:

- a) as certidões, os alvarás e os instrumentos;
- b) os serviços postal, telegráfico, telefônico e de transmissão por fax ou fax-modem, a cópia reprográfica e o protocolo integrado;
- c) a comunicação por qualquer tipo de meio;
- d) a indenização de transporte e hospedagem de oficial de justiça, de Juiz ou de outro servidor judicial por este requisitado, para realizar atividades externas vinculadas e indispensáveis ao processo.
- e) o arrombamento, a demolição ou a remoção de bens;

47. Conforme o disposto na CF88 e na Lei 14.939/2003, há a incidência de custas nos processos:

- a) de habeas corpus.
- b) de habeas data.
- c) de competência do Juízo da Infância e Juventude.
- d) de ação popular.
- e) para aplicação ou não de medidas socioeducativas.

48. De acordo com a Lei 14.939/2003, são isentos do pagamento de custas, EXCETO:

- a) a União, o Estado de Minas Gerais e seus Municípios e as respectivas autarquias e fundações.
- b) o Ministério Público.
- c) a Defensoria Pública.
- d) o autor nas ações populares, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
- e) as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado.

49. Conforme previsto na Lei 14.939/2003, ao oficial de justiça-avaliador é devida a indenização de transporte, a título de ressarcimento de despesa realizada com locomoção, para fazer citação e intimação e cumprir diligência fora das dependências dos tribunais ou das varas onde esteja lotado. Nesse sentido, o recolhimento do valor da diligência:

- a) será feito previamente, pois é condição para a expedição do mandado.
- b) será feito ao final do processo, pois não é possível mensurar quantas diligências serão necessárias.
- c) será feito após a sessão de julgamento, pois dependerá do despacho do juiz competente.
- d) será apurado após a sentença do juiz, pois constitui custas finais.
- e) não será devido, pois a gratuidade da justiça é um direito consagrado na CF88.

50. Sobre a indenização de transporte devida ao Oficial de Justiça, a verba relacionada com a assistência judiciária e juizados especiais será objeto de regulamentação:

- a) pelo Governador do Estado.
- b) pela Assembleia Legislativa.
- c) pelo Conselho Nacional de Justiça.
- d) pelo Tribunal de Justiça.
- e) pelo Juiz de Direito da Comarca.

LEGISLAÇÃO

Lilian Novakoski

51. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- () São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias, a igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- () Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente.
- () O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão e seus direitos devem ser informados somente aos seus familiares.
- () Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, F, F, V
- b) F, V, V, F, F
- c) V, F, F, V, V
- d) F, V, V, V, F
- e) V, F, V, F, F

52. A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Considere o disposto na legislação em pauta, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de proteção e socorro em algumas circunstâncias previstas na lei.

() A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis, sendo esse direito extensível ao seu acompanhante ou ao seu atendente pessoal.

() Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pelo estatuto da pessoa com deficiência é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) F, V, V

53. Por meio da Lei nº 10.741/2003, tivemos a instituição do Estatuto do Idoso. O Estatuto do Idoso traz um rol amplo de informações a respeito dos direitos dos idosos. Neste sentido, é INCORRETO afirmar:

I - É dever o judiciário e do poder executivo prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.

II - Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

III - Os idosos tem a garantia de atendimento prioritário que compreende, entre outras ações, atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa

Está INCORRETA

- a) I e II
- b) II
- c) I
- d) III
- e) Todas estão incorretas

54. A Resolução 345 de 09 de outubro de 2020 dispõe sobre o juízo 100% digital, onde todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico, sendo a escolha:

- a) Facultada ao demandante, não podendo a demandada se opor
- b) Facultada ao demandante, podendo a demandada se opor até contestação
- c) Facultada ao demandante, podendo a demandada se opor até audiência de instrução
- d) Obrigatória ao demandante.
- e) Será automático na distribuição da ação, podendo as partes se oporem na primeira manifestação processual.

55. Considerando o regramento previsto na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, analise as seguintes assertivas:

I- Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida não é uma das medidas que o juiz poderá, liminarmente, determinar.

II- Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo delegado de polícia ou policial na falta de delegado, quando município não for sede de comarca.

III- Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

IV- É possível a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Estão corretas as assertivas

- a) I e III
- b) II e III
- c) II e IV
- d) I, III e III
- e) III e IV

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

56. Se meu celular não é azul, então o meu boi muge. Se meu celular é azul, então Maria não é médica. Ora, Maria é médica. Logo:

- a) o meu celular é azul e o meu boi não muge
- b) o meu celular não é azul e o meu boi muge
- c) o meu celular é azul e o meu boi muge
- d) o meu celular não é azul e o meu boi não muge
- e) se Maria é médica, então o meu boi não muge

57. Em um órgão do TJ MG os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

58. Em Belo Horizonte, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master BH (M), Nano Tech (N) e Primer BH (P). Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

a) 1500

b) 1.140

c) 1220

d) 1260

e) 1120

59. Se não é verdade que, no semestre passado, em todos os feriados, se fazia sol, Carlos passeava de carro, então, no semestre passado,

a) em nenhum feriado que não fez sol, Carlos passeou de carro.

b) em todos os feriados que não fez sol, Carlos não passeou de carro.

c) houve pelo menos um feriado em que não fez sol e Carlos passeou de carro

d) em todos os feriados fez sol e Carlos passeou de carro.

e) houve ao menos um feriado em que fez sol e Carlos não passeou de carro.

60. Para executar a tarefa de análise de 111 processos, três analistas dividiram o total de processos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, o analista de 30 anos analisou:

a) 2 processos a mais do que o de 24 anos.

b) 4 processos a menos do que o de 36 anos.

c) 4 processos a menos do que o de 24 anos.

d) 6 processos a menos do que o de 36 anos.

e) 9 processos a menos do que o de 24 anos.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-MG-Oficial-27-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>